

Sábado

30-01-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 575 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 8

EDITORIAL

Os nomes já conhecidos no Luanda Leaks nunca teriam a importância que acabaram por ter se a sua ação não fosse precedida pela influência política de muitos “senadores” portugueses que permanecem na sombra



E

Diretor
Eduardo Dâmaso

Os bons dos senadores e os outros

Ainda a propósito do caso de Isabel dos Santos e do Luanda Leaks, nunca deixa de nos surpreender a profundidade da hipocrisia humana. Bem sabemos que os nomes de advogados, financeiros e bancários, ou mesmo empresários, revelados até aqui como membros da malvada corte da “princesa”, tinham uma enorme importância operacional e material nos esquemas que engrossavam e limpavam a fortuna da herdeira de José Eduardo dos Santos. O advogado Jorge Brito Pereira terá sido um dos principais cérebros das complexas engenharias jurídicas e financeiras aplicadas à “legalização” da fortuna da empresária. Tal como todos os outros, na auditora PwC, na banca e nos negócios. O próprio diretor bancário, Nuno Ribeiro da Cunha, que morreu na semana passada, adquiriu uma dimensão mais importante com a revelação do escândalo das transferências de dinheiro ilegais do que a que já tinha como gestor pessoal de Isabel dos Santos. Transformou-se numa potencial testemunha relevantíssima (agora inexistente), fosse na perspetiva de contar o que fez, viu e ouviu no EuroBic – desagradável para Isabel dos Santos e muitíssimo agradável para o governo angolano –, fosse na perspetiva contrária, de silenciar tudo isso, o que obviamente beneficiaria o clã dos Santos. Essa condição torna essencial que se apure sem a menor sombra de dúvida não só a natureza da morte como tudo o que se passou nas últimas semanas de vida deste homem. E isso é da responsabilidade inequívoca das autoridades judiciais portuguesas.

Estas pessoas são figuras-chave na operacionalização dos negócios com Angola. A verdade, porém, é que eles não existiriam se à cabeça das suas empresas, sociedades e escritórios não estivessem pessoas,

vulgo “senadores”, com maiores ligações políticas e económicas, tanto aos governos de cá como aos de Luanda. Foram eles que criaram a ecologia política que fertilizou o ambiente de negócios. Sem Teixeira dos Santos, sem Mira Amaral, sem Proença de Carvalho e José Miguel Júdice, sem Vieira de Almeida, sem José Luís Arnaut, sem Durão Barroso ou Paulo Portas, sem Sócrates ou Mário Lino, sem Armando Vara ou Santos Ferreira, e tantos outros cuja enumeração não cabe aqui, o *puzzle* fica incompleto. Não falemos de crimes, porque a estes aplica-se a célebre presunção de inocência. Os zelotas da higienização social preocupam-se com a presunção destes, mas não com a de Isabel dos Santos, a quem não encontram “fortuna conhecida” nem “nenhuma invenção” que explique a “súbita fortuna”, como há dias escrevia uma conhecida funcionária do grupo jornalístico de Proença de Carvalho. A mesma que, apesar do convívio íntimo com Sócrates, nunca encontrou as causas da riqueza que este ostentava e a própria reconhecia. Ora, de cequeiras seletivas está este País cheio. Agora, no entanto, convinha que pelo menos a Ordem dos Advogados, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Banco de Portugal e outras instituições que devem investigar o conflito de interesses, as práticas financeiras irregulares ou mesmo ilícitas e a ausência de mecanismos de fiscalização, e o próprio parlamento assumissem as suas responsabilidades e agissem. Não deixem a culpa morrer solteira, ou pelo menos circunscreta ao breve círculo de carneirinhos que já foram imolados. ◻